

422  
8

## I - DO HISTÓRICO DA FASSINCRA

Cuida-se de inquérito administrativo instaurado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para apurar as causas que levaram à situação de insolvência a ex-operadora, **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA – FASSINCRA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 00.431.403/0001-95. Igualmente, verificar-se-á a responsabilidade daqueles que administraram a operadora nos últimos 05 (cinco) anos que antecederam à Liquidação Extrajudicial, a qual ocorreu por intermédio da Resolução Operacional – **RO nº 1.735**, de 05/12/2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 08/12/2014. Fundamentam-se tais análises no artigo 24-D da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, combinado com o artigo 43 da Lei 6.024, de 13 de março de 1974 e a Resolução Normativa nº 276 de 04 de novembro de 2011.

Efetuados os trâmites iniciais para abertura dos trabalhos, o inquérito administrativo foi instruído com cópia de documentos extraídos dos processos administrativos de Direção Fiscal e de Liquidação Extrajudicial.

Através da **Nota nº 13/2015/COINQ/SEGER/PRESI/DICOL/ANS** (fls. 1724 a 1730), foi elaborado o quadro societário da ex-operadora durante os 05 (cinco) anos que antecederam à decretação da sua Liquidação Extrajudicial.

Com base no documento supracitado, e outros posteriores, foram notificados, acerca da existência do inquérito administrativo, os senhores: *Inimá do Nascimento Silva; Maria de Jesus Santana da Silva; Maristela de Azevedo Chaves; Derly Gil Darós* (falecido em 14/08/2014); *Maria Jurgleide de castro Oliveira; Alberto Viana de Campos Filho; Maria Luíza Telles Marcilio Golin; Antônio Luiz de Souza Meira; João Aires da Silva; Mario Conceição Filho; Luiz Francisco de Souza; Ronaldo Antônio Santos Nunes; Maria Cleuza Carneiro; Marco Aurélio Medeiros Cursino; Aparecido Antônio; Vitor Py Machado; Ismael Afonso Paiva Reis; Celma Oliveira Fernandes; Maria Lúcia Vieira Carvalho; Renato Farias Maciel; Domingos Nascimento Silva; Wesley Barros Rodrigues; Raimundo José Oliveira; Ana Rosa Silva Nagem; Silvio de Miranda Galvão Veloso; Janete Oliveira; Maria Luíza Pereira da Silva; Oietá Pereira Gomes; Sandra Lúcia da Silva Mota; Janilce Maldonado da Silva Anelli; Marialva Guimarães Motta, Vera Lúcia Ferreira Penna, Marilena Ferreira dos Passos e José*



*Reinaldo Cunha Santos Aroso Vieira da Silva.* Ambos participaram do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

Por conseguinte, foram enviados os Ofícios nº 257 a **288/2015/COINQ/SEGER/PRESI/ANS** (fls. 1731 a 1760) aos ex-conselheiros e diretores executivos ora mencionados, para que estes tenham a devida ciência do processo administrativo em questão.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados para elaboração de Relatório Preliminar, em 22 de junho de 2016 (fls. 4129 a 4146), tendo sido instaurados dois Regimes Especiais de **Direção Fiscal** entre 2010 a 2012, culminando na **Liquidação Extrajudicial** em 2014 e a decretação da **Insolvência Civil** em 2015.

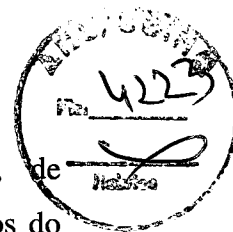
Conforme **Nota nº 13/2015/COINQ/SEGER/PRESI/DICOL/ANS** (fls. 1724 a 1730), a ex-operadora foi constituída em janeiro de 1977, por iniciativa do INCRA, autarquia federal, representado pelo seu secretário federal e foro na cidade de Brasília – DF, com atuação em âmbito nacional.

A **Nota nº 1562/2010/GEAOP/GGAME/DIOPE/ANS** (fl.2787) recomendou a instauração do **Regime Especial de Direção Fiscal** na FASSINCRA, corroborado pelo **Voto nº 504/2010/DIOPE/ANS** (fls. 2791 a 2793), tendo sido aprovado por unanimidade conforme **Extrato de Ata da 276ª Reunião de Diretoria Colegiada – DC Ordinária**, realizada em 10 de novembro de 2010 (fl. 2794).

O **Relatório Preliminar de 30 dias e 150 dias** (fls. 2808 e 2834) constatou que os Livros: Diário, Razão e Balancetes tiveram os registros referentes aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 que foram disponibilizados por meio eletrônico. Entretanto, essas peças contábeis ainda que disponibilizadas, só foram conciliadas até o mês de setembro de 2010. A FASSINCRA justifica esse atraso em função da mudança/evolução dos Sistemas de Contabilidade em cumprimento às normas estabelecidas pela ANS. Houve atraso em relação ao DIOPS, em razão do trabalho realizado pela contabilidade da FASSINCRA.

O **Relatório Preliminar de 240 dias** (fls. 2845 a 2862), informou a atual situação da ex-operadora há época. Foi informado que o Diretor Executivo (*Inimá do Nascimento Silva*) e o Presidente do Conselho Deliberativo da FASSINCRA (*Derly Gil Darós*), renunciaram aos seus cargos em caráter irrevogável e irretratável a partir de





19/08/2011, conforme cartas anexas ao OFÍCIO/FASSINCRA/DE/Nº 111, de 18/08/2011. A causa da renúncia foi motivada pela divergência entre os membros do Conselho Deliberativo quanto à aprovação da nova tabela do Plano de Saúde da ex-operadora, que alterou os cálculos de participação dos beneficiários para “per capita”. Em razão da renúncia, criou-se um vácuo administrativo na ex-operadora quanto a responsabilidade administrativa, no que se refere à sucessão quando do impedimento do Diretor Executivo. Pelo Estatuto, na linha sucessória, assumiria temporariamente o cargo até deliberação do Conselho, o seu Presidente, que é também demissionário. A Gerente-Geral, Sra. Marialva Motta Guimarães, anteriormente nominada Diretora Executiva Substituta, com o advento da indisponibilidade que gravou seus bens, foi destituída das funções segundo entendimento posterior àquele gravame de que aquela funcionária não detinha poderes ou mesmo autonomia para representar a operadora, podendo tão somente adotar atos administrativos. O Diretor Fiscal estaria aguardando a realização da reunião do Conselho Deliberativo e eventuais medidas a serem adotadas pelo Colegiado. Assumiram temporariamente as funções administrativas em virtude da vacância, os Conselheiros, *Maria Jurgleide de Castro Oliveira, Maria de Jesus Santana da Silva, Maria Cleuza Carneiro e Raimundo José Oliveira.*

O **Relatório de 270 dias** (fls. 2868 a 2869) informou a situação da operadora a época, informando o que foi decidido na Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo e as Resoluções que operacionalizaram as decisões do Colegiado. Dentre elas, destacou-se a aprovação da *Sra. Maria de Jesus Santana da Silva* para o Cargo de Diretora Executiva, homologando todos os atos praticados pelas Conselheiras: *Maria de Jesus Santana da Silva, Maria Jurgleide de Castro Oliveira e Maria Cleuza Carneiro*, no período de vacância dos cargos de Presidente do Conselho Deliberativo e Diretor Executivo, entre os dias 19 e 31/08/2011.

O **Voto nº 72/2012/DIOPE/ANS** (fls. 3023 a 3026) acolheu na íntegra a **Nota nº 169/2011/CODIF/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS** para a instauração de novo regime de Direção Fiscal na **FASSINCRA** em razão dos fundamentos trazidos pelos relatórios do Diretor Fiscal e pela Nota nº 169/2011/CODIF/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS, além dos demais elementos que instruíram os autos, tendo sido aprovado à unanimidade conforme **Extrato de Ata da 323ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada**, realizada em 15 de fevereiro de 2012.

A segunda Direção Fiscal teve como motivação a insuficiência de vinculação de ativos garantidores à ANS para garantia das reservas técnicas. O **Relatório Preliminar de 90 dias** (fls. 3077 a 3082) informou que houve discrepância entre os valores apresentados e o efetivo, demonstrando a dificuldade encontrada pela ex-operadora em cumprir as metas estabelecidas no Programa de Saneamento e que a FASSINCRA apresentou em março de 2012, patrimônio social negativo, insuficiência de capital mínimo, insuficiência de ativos garantidores e capital circulante líquido negativo. Havia necessidade de se constituir ativos garantidores também para os eventos avisados a mais de 60 dias que compunham a conta Provisões para Eventos a Liquidar. Foi sugerido que a ex-operadora apresentasse novo Programa de Saneamento visando restabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro.

O **Relatório Final da Segunda Direção Fiscal** (fls. 3123 a 3138) informou que o prazo de entrega do Programa de Saneamento expirava em 05 de agosto de 2012, determinação essa, não cumprida pela operadora, que apresentou diversas justificativas e pedidos de adiamento de prazos. Assim, a ex-operadora disponibilizou ao Diretor-Fiscal o Programa de Saneamento solicitado com 60 dias de atraso, contados a partir do primeiro vencimento, ocorrido em 05/08/2012. Note-se ainda que após o ultimato dado pela ANS em 27/09/2012, o programa só foi entregue oito dias depois, em 05/10/2012. Contudo, diante da constatação de que a ex-operadora não reunia as condições necessárias para, ao final da execução das projeções do programa, reverter o seu quadro de desequilíbrio econômico-financeiro em que se encontrava, foi recomendado a rejeição do Programa de Saneamento e a alienação da carteira de beneficiários, com a consequente decretação da Liquidação Extrajudicial da **FASSINCRA**.

A **Nota nº 16/2013/CODIF/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS** (fls. 3171 a 3178) recomendou a alienação da carteira de beneficiários com a posterior decretação de Liquidação extrajudicial da **FASSINCRA**. Salientou-se que a operadora não atendia as exigências mínimas de garantias financeiras da RN 209/2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de recursos próprios mínimos a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, necessitando de um aporte de recursos superior a R\$37 milhões. Verificou-se que o índice de liquidez corrente é de 0,46 demonstrando que a ex-operadora não dispunha de recursos no ativo circulante



4224  
0

para quitar as dívidas de curto prazo. O índice de liquidez geral é de 0,49 demonstrando também falta de recursos para suprir as obrigações de longo prazo. Ademais a ex-operadora não obedece aos prazos para o envio de DIOPS. O de 2º trimestre de 2012 foi enviado somente em 18/12/2012, o prazo determinado pela ANS era 15 de agosto. O DIOPS do 3º trimestre de 2012, cujo prazo seria até 15 de novembro, ainda não havia sido enviado, obstruindo o monitoramento econômico-financeiro pela ANS.

O **Segundo Relatório de Acompanhamento – 11/03/2013**, referente a segunda Direção Fiscal (fls. 3295 a 3299) trouxe a informação de que a Diretora Executiva, Senhora Maria de Jesus, informou ao Diretor Fiscal, de forma oficiosa, de que a ANS pediu que fosse apresentado um novo programa de saneamento e que o prazo para sua apresentação seria no início de março de 2013. Afirmou ainda que os beneficiários da **FASSINCRA**, de forma espontânea, se comprometeriam a pagar uma taxa extra e que esse seria o fato novo a ser destacado no programa, sem ter sido mencionado, entretanto, qual valor alavancado com essa providência e a que prazo. Foi informado também, a mudança de endereço da **FASSINCRA**, contudo, ainda não havia sido comunicado tal fato à ANS, uma vez que pendia de conclusão o documento oficial firmado entre as partes e a autenticação do Conselho Deliberativo da **FASSINCRA**.

O **Extrato de Ata da 410ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada**, realizada em 25 de novembro de 2014 (fl. 3492), aprovou à unanimidade o **Voto nº281/2014/DIOPE/ANS**, nos termos da **Nota nº 132/2014/CODIF/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS**, pela decretação da Liquidação Extrajudicial da **FASSINCRA**, indicando a *Sra. Maria Socorro de Oliveira Barbosa*, para o exercício da função de Liquidante Extrajudicial.

No **Relatório Conclusivo da Liquidação Extrajudicial** (fls. 3574 a 3578), a liquidante relatou que a **FASSINCRA** não vinha cumprindo com as obrigações referentes aos livros contábeis, pois não estavam sendo registrados junto ao órgão competente. Em 2015, ocorreram diligências por parte da ANS, *in loco*, com registros de Autos de Infração, por causa da restrição no atendimento assistencial, limitação de cobertura assistencial, além de multa por atos irregulares relacionados ao não envio à ANS dos Pareceres de Auditoria Independente dos exercícios financeiros de 2007 a 2011.

0

Há uma **Recomendação do Ministério Público da União** (fls. 3583 a 3584) para que haja a especificação de receitas de vendas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, contrário ao que tinha sido apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício, conforme item 12 do Parecer Contábil, eis que apenas constava o Recebimento de Vendas de Ativos Imobilizados. Além disso, as notas explicativas às Demonstrações Contábeis não esclareciam a alienação de bens móveis e imóveis, hospitalares/odontológicos e não hospitalares/não odontológicos.

A **Nota nº 37/2015/COLIQ/GERE/GGRE/DIOPE/ANS** (fls. 3632 a 3637) afirmou que os fatos apurados pelo Liquidante se coadunam com os requisitos legais que permitem a concessão da autorização para o requerimento da insolvência civil da **FASSINCRA**.

O **Relatório Mensal da Liquidação – Julho 2015** (fls. 3663 a 3664), informou que o pedido de insolvência da **FASSINCRA** foi protocolado em 08/07/2015 no TJDF, Vara 701- Vara de Falência, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, sob a numeração: 2015.01.1.077381-4.

## **II) DAS MANIFESTAÇÕES DOS EX-ADMINISTRADORES**

Diante dos **Ofícios nº 257 a 288/2015/COINQ/SEGER/PRESI/ANS** (fls. 1731 a 1760) enviados aos ex-conselheiros e diretores executivos ora mencionados, para que estes tenham a devida ciência do processo administrativo em questão, foram recebidas as manifestações iniciais de alguns ex-administradores, conforme se verificará abaixo.

A *Sra. Maria de Jesus Santana da Silva* manifestou-se às fls. 2154 e 2155, apresentando documentação por ter exercido cargo de membro do Conselho Deliberativo em 16/12/2010 a 30/08/2011 e na Diretoria Executiva no período de 31/08/2011 a 08/12/2014, afirmando que durante sua gestão, contou com o apoio da *Salutis Consultoria e Administração em Saúde Ltda*, que deu suporte técnico às atividades assistenciais e atuariais da **FASSINCRA**, devendo aquela, manifestar-se, inclusive, sobre as dificuldades financeiras e outros entraves que levaram a Liquidação da ex-operadora. Manifestou-se às fls. 2314, destacando algumas informações acerca do Programa de Saneamento e às fls. 2636 complementou os esclarecimentos já enviados à

4225  
0

COINQ. Manifestou-se às fls. 2647 e 2648 acerca do procedimento realizado pela ANS em relação ao processo administrativo em curso.

O *Sr. Inimá do Nascimento Silva* manifestou-se à fl. 2159, requerendo cópia de inteiro teor do referido processo bem como cópia do cronograma da oitiva dos ex-administradores. Ademais encaminhou cópia integral das declarações de bens e rendas desde o ano de 1999, ano em que passou a ocupar cargo de Diretor Executivo da ex-operadora até o ano de 2014.

O *Sr. Mario Conceição Filho*, manifestou-se à fl. 2299, enviando a declaração do imposto de renda dos últimos 5 anos.

O *Sr. Aparecido Antônio*, manifestou-se às fls. 2530 a 2533, alegando, primeiramente que não havia recebido via correio ou por qualquer outro meio o Ofício informando a instauração do inquérito. Afirmou que atuou na **FASSINCRA** no período de 09 de julho de 2008 a 2009 na condição de membro do Conselho Deliberativo (assumindo a suplente) e que não esteve presente e não assinou qualquer decisão em Assembleia Ordinária ou Extraordinária. Afirmou que a **FASSINCRA** era uma Fundação de Assistência aos Servidores do INCRA e que seus conselhos (Fiscal e Deliberativo) eram compostos por servidores, eleitos em assembleia nas associações, com revezamento entre os Estados, porém os conselheiros não possuíam poderes de gestão, direção e nem para ordenar despesas, apenas detinham a competência de aconselhar a direção executiva da Fundação.

O *Sr. Renato de Farias Maciel*, manifestou-se as fls. 2549 a 2552, afirmando que atuou na **FASSINCRA** no período de 01/07/2008 a 30/06/2012 na condição de membro do Conselho Fiscal e que os conselheiros não possuíam poderes de gestão, direção e nem para ordenar despesas e que o Conselho Fiscal em específico, tinha poderes de analisar as contas, promovendo a conferência entre a despesa autorizada e as respectivas Notas Fiscais, não havendo juízo de valor sobre a pertinência ou não da referida despesa, pois não cabia ao Conselho Fiscal apreciar o mérito.

A *Sra. Olieta Pereira Gomes*, manifestou-se às fls. 2553 a 2555, aduzindo que atuou na **FASSINCRA**, na condição de membro do Conselho Deliberativo, a partir de 01/03/2012 em substituição ao membro titular, *Maria de Jesus Santana da Silva*, que renunciou ao cargo em 29/08/2011, conforme registro em ata da reunião. Ressaltou que sua posse se deu em 01/03/2012, quando a Fundação já se encontrava em regime de

Q

Direção Fiscal (instaurado em dezembro de 2010 e em abril de 2012). Afirmou como os demais outros que os conselheiros não possuíam poderes de gestão, direção e nem para ordenar despesas, possuindo, apenas competência para aconselhar a direção executiva da Fundação.

A *Sra. Maria Cleuza Carneiro*, manifestou-se às fls. 2556 a 2559, consignando que atuou na **FASSINCRA** a partir de 01/03/2012, na condição de membro do Conselho Deliberativo e no período de novembro de 2013 a 30 de junho de 2016, na condição de membro do Conselho Fiscal. Afirmou também, que os conselheiros não possuíam poderes de gestão, direção e nem para ordenar despesas, possuindo, apenas competência para aconselhar a direção executiva da Fundação.

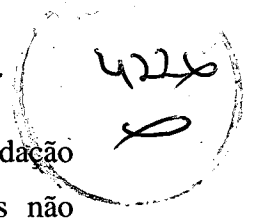
A *Sra. Sandra Lúcia da Silva Mota*, manifestou-se à s fls. 2560 a 2562, aduzindo que atuou na **FASSINCRA** no período de abril de 2013 a 08/12/2014, na condição de membro do Conselho Deliberativo, afirmando, como os demais que conselheiros não possuíam poderes de gestão, direção e nem para ordenar despesas, possuindo, apenas competência para aconselhar a direção executiva da Fundação.

O *Sr. Domingos Nascimento Silva*, manifestou-se às fls. 2566 a 2567. Inicialmente afirmou que soube do referido Processo Administrativo, através de ex-componentes do Conselho Fiscal da **FASSINCRA**, não tendo recebido nenhum Ofício da ANS. Afirmou que compôs o Conselho Fiscal da **FASSINCRA** no período de 01/07/2008 a 30/06/2012 como suplente, inicialmente e após a saída do Conselheiro Titular, como Titular. Afirmou que no período que atuou no Conselho Fiscal todos os problemas identificados, inclusive o desequilíbrio entre as receitas e as despesas, foram imediatamente apresentados nos relatórios e encaminhados ao Conselho Deliberativo e à direção executiva da **FASSINCRA**.

O *Sr. Vitor Py Machado* manifestou-se às fls. 2568 a 2571. Afirmou que atuou na **FASSINCRA** na condição de membro do Conselho Deliberativo e como os demais que os conselheiros não possuíam poderes de gestão, direção e nem para ordenar despesas, possuindo, apenas competência para aconselhar a direção executiva da Fundação.

O *Sr. Luiz Francisco de Souza* manifestou-se as fls. 2572 a 2574, aduzindo que atuou na **FASSINCRA** na condição de membro do Conselho Deliberativo, no período de 2007 a 2010, em razão do falecimento do membro titular – *Cleir Barbosa*





*Mitchel* e no Conselho Fiscal, no período de 21/02/2013 até a decretação da Liquidação Extrajudicial em 08/12/2014. Afirmou como os demais que os conselheiros não possuíam poderes de gestão, direção e nem para ordenar despesas, possuindo, apenas competência para aconselhar a direção executiva da Fundação.

O *Sr. Nilson Clementino Raposo*, manifestou-se às fls. 2577 a 2579, afirmando que atuou na FASSINCRA no período de 2004 a 2008 na condição de membro do Conselho Deliberativo, destacando que foi eleito Presidente do Conselho com posse em 31/07/2017. Alegou também que conselheiros não possuíam poderes de gestão, direção e nem para ordenar despesas, possuindo, apenas competência para aconselhar a direção executiva da Fundação.

O *Sr. Mario Conceição Filho*, manifestou-se às fls. 2614, afirmando que teve seu veículo furtado e que a liberação do valor de indenização pela seguradora estaria vinculada a retirada da restrição administrativa perante o bem, já que a indisponibilidade imposta pela ANS recaiu sobre o seu veículo automotor.

A *Sra. Maria Lucia Vieira Carvalho*, manifestou-se às fls. 2623 a 2625, afirmando que atuou na FASSINCRA no período de julho de 2008 a junho de 2012 na condição de membro do Conselho Fiscal. Afirmou como os demais que os conselheiros não possuíam poderes de gestão, direção e nem para ordenar despesas, possuindo, apenas competência para aconselhar a direção executiva da Fundação.

A *Sra. Maria Luíza Pereira da Silva*, apresentou manifestação as fls. 2649 a 2654, aduzindo, inicialmente que foi intimada em endereço diverso, desrespeitando o contraditório e a ampla defesa. Alegou que teve seus bens indisponibilizados por força da RO nº 1.735 de 08 de dezembro de 2014, contudo, a mesma não exercia mais o cargo de suplente do Conselho Deliberativo da FASSINCRA, para qual foi eleita na forma da deliberação colegiada contida na Ata de Reunião Extraordinária de 16 e 17 de dezembro de 2010, tendo tomado posse em 1º de março de 2012. Afirmou que no dia 28 de março de 2012 apresentou o pedido de renúncia do cargo de suplente, assim, na data de 08 de dezembro de 2013, a mesma não exercia mais cargo de administração ou de direção de qualquer natureza na referida Fundação, a afastar a adoção da medida constritiva. Afirmou ainda, que a rigor, na eleição realizada em 16 de dezembro de 2010, a mesma foi eleita para participar na condição de suplente da entidade, não tendo sido convocada até então, para participar das assembleias ordinárias ou extraordinárias, não tendo sido

A handwritten signature located at the bottom right of the page, below the main text.

instada a decidir sobre quaisquer decisões durante aquele período. E que somente na data de 01 de março de 2012, a mesma foi convocada para assumir vaga de titular, tendo participado de uma única reunião, momento em que se absteve de votar sobre as deliberações submetidas à apreciação do Colegiado, tendo, logo em seguida, formulado pedido de renúncia do cargo de suplente, ante a alegação de não se considerar em condições para dar contribuição efetiva, não participando daí por diante de qualquer outra reunião. Requer que seja afastada a responsabilidade civil atribuída a mesma a fim de suspender a eficácia do ato administrativo que lhe impôs a constrição, consistente na indisponibilização dos seus bens. Contudo, verificamos às fls. 3902, que houve o respectivo desbloqueio da restrição administrativa.

Verifica-se que o *Sr. Silvio de Miranda Galvão Veloso*, anteriormente suplente do Conselho Deliberativo, tornou-se titular, em razão da renúncia da conselheira titular *Ana Rosa Silva Nagem*, conforme Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da FASSINCRA realizada no dia 04 de outubro de 2012. Assim, será apurada sua responsabilidade na administração da **FASSINCRA** enquanto titular do Conselho Deliberativo, estando dentro do período de cinco anos anteriores a instauração da Liquidação Extrajudicial. Desta forma foi o mesmo intimado posteriormente para ciência do referido Inquérito.

A *Sra. Ana Rosa Silva Nagem* impetrou Mandado de Segurança contra ato do Presidente da ANS em razão do ato de indisponibilidade de seus bens. Contudo, em resposta ao Memorando nº 54/2015/PROGE/GECON/DS/AR (fls3847 e 3848) a ANS esclareceu que a *Sra. Ana Rosa* foi incluída no rol de indisponibilidade de bens, nos autos do processo nº 33902.896607/2014-89 por ter sido eleita membro do Conselho Deliberativo da **FASSINCRA** nos 12 meses anteriores às instaurações dos regimes, sendo portanto, legítimo, tal procedimento. Outrossim, em razão do cumprimento de ordem judicial, a ANS tomou todas as providências necessárias para o desbloqueio da constrição administrativa (fl. 3899). Afirmou a *Sra. Ana Rosa*, em petição às fls. 4194 que exerceu mandato até 30/06/2014, tendo renunciado em 04/10/2012, conforme Ata do Conselho Deliberativo de 04/10/2012.

A *Sra. Maria Luiza Telles*, manifestou-se às fls. 4147 à 4185, entregando a ANS, petição com esclarecimentos. Afirmou que saiu do Conselho Deliberativo em 2010 e que sua última reunião teria sido em julho daquele ano. Esclareceu a composição

do Conselho e qual a função exercida por eles e que da quantia repassada pelo INCRA, os servidores pagavam percentual de até 6,5% sobre seus salários, como taxa de administração. Contudo a Portaria do MPOG, de 2011, alterou as regras de financiamento e reduziu os valores repassados pelo INCRA para 3,5 milhões. Afirmou que foi Diretora da Associação dos Servidores do INCRA, em São Paulo, e que recebeu uma série de denúncias de irregularidades, tendo, inclusive, representado junto ao Ministério Público junto ao DF, em razão de contratos ilegais com prestadores de serviço, e que o MP não tomou nenhuma providência a respeito. Afirmou ainda que não assinou nenhuma ata de assembleia por discordar das deliberações.

Em que pese as devidas manifestações acima, urge salientar que os respectivos senhores acima mencionados, foram regularmente intimados, nos termos do artigo 9º, da Resolução Normativa RN nº 276 e artigo 41 e parágrafos da Lei 6.024/64, a acompanhar o inquérito pessoalmente ou por procurador legalmente constituído, a oferecer documentos e indicar diligências, bem como, apresentar suas declarações de bens dos últimos cinco anos, conforme fls. 1731 a 1760, ora por correspondência postal ou pelo Diário Oficial, não havendo que se falar em cerceamento de defesa. Vale mencionar que todos os senhores acima citados, ocuparam cargos diretivos ou técnicos (Conselho de Administração ou Fiscal) na **FASSINCRA**, dentro do período ocorrido nos últimos cinco anos antes da instauração da Liquidação Extrajudicial, ou seja, de dezembro de 2009 até dezembro de 2014, devendo, portanto, ser aferida a eventual responsabilidade dos mesmos pelos atos praticados neste período, em que pese não terem praticado atos de gestão. Ademais, o próprio Estatuto da **FASSINCRA** (fls. 1693 a 1699), estabelece a competência do Conselho Deliberativo, competindo-lhe, entre outros, aprovar normas de organização e funcionamento da Fundação, deliberar sobre o plano de trabalho, o orçamento anual, aquisição e alienação de bens imóveis, extinção da Fundação, alterar o Estatuto, além de outras funções deliberativas. Já o Conselho Fiscal, tem competência para emitir parecer sobre o orçamento anual, despesas extraordinárias e execução financeira da Fundação, examinar, discutir e julgar contas e demais peças contábeis, fiscalizar o orçamento da Fundação, entre outros. Logo, verifica-se que são órgãos de administração da Fundação, possuindo, portanto, os conselheiros, poderes para gerir a Fundação.

Recomenda-se, como já narrado no Relatório Econômico-Financeiro, a exclusão dos senhores: *Alberto Viana de Campos Filho, Antônio Luiz de Souza Meira e Nilson Clementino Raposo*, por terem sido membros do Conselho Deliberativo, antes do marco temporal quinquenal, conforme as atas de Reunião Extraordinária realizadas em 09/07/2008 e 23 a 25/11/2009 (fls. 1060 a 1070).

Diante das considerações adicionais realizados no Relatório Econômico Financeiro, verificou-se também a exclusão da *Sra. Francisca Campos Barbosa*, vez que a mesma teve sua saída do Conselho Deliberativo anunciada na Ata de Reunião Ordinária realizada nos dias 23 e 25/11/2009, tendo sido desconsiderado seus atos de gestão entre 08/12/2009 a 08/12/2014, tendo sido substituída pelo *Sr. Marco Aurelio de M. Cursino* (fls. 1090 a 1105, 1464 a 1469).

Já a *Sra. Marialva Guimarães Motta*, embora não citada na Nota Societária em questão, deve ser incluída no rol de responsáveis por gestão, pois atuou como Gerente Geral, substituindo o Diretor Executivo em seus impedimentos, sendo esta última atribuição revogada em 2011. Contudo, deve responder pelo período que atuou como Gerente Geral, em que pese o ato posterior de revogação (fls. 2722 a 2726; 2860; 3862 a 3862-verso; 3035 a 3036). Contudo, não foi verificado sua efetiva atuação como gestora, na função de substituta do Diretor Executivo, salvo algumas procurações assinadas pela mesma, conforme declarado às fls. 2725.

Em relação a *Sra. Vera Lúcia Ferreira Penna*, esta foi Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo entre 07/2008 a 06/2012, substituindo a titular, *Sra. Maria Cleuza Carneiro*, conforme Reunião Extraordinária realizada nos dias 25 e 26/07/2011 (fls. 1149 a 1159, 3423, 3423-verso). Embora tenha atuado como titular do conselho uma única vez, deve ser apurada sua responsabilidade no respectivo quinquênio.

Por fim, cabe mencionar que os *Senhores Marilena Ferreira dos Passos e José Reinaldo Cunha Santos Aroso Vieira da Silva* foram citados em Ata de Reunião Extraordinária realizada em junho de 2012, como Conselheiros Titulares, assinando como tais, embora tenham sido eleitos para a Suplência. O *Sr. José Reinaldo* foi citado na Ata de Reunião referida como Conselheiro Titular, assinando, inclusive como tal, contudo, em Reunião realizada em Outubro de 2012 foi citado como Conselheiro Suplente, não assinando esta, conforme fls. 1189 a 1193; 2742 a 2751. Assim, deve ser apurada suas responsabilidades no presente caso, já que houve atuação dentro dos cinco

4228  
8

anos anteriores à Liquidação Extrajudicial (fls. 1112 a 1126; 1202 a 1214 e 1226 a 1239).

### **III - DA EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO DA EX-OPERADORA E DAS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS EX-SÓCIOS DENTRO DA MESMA**

Nos termos do artigo 24-D, da Lei n.º 9.656/98 combinado com artigo 43, da Lei n.º 6.024/74, o relatório final da Coordenadoria de Inquéritos deve relacionar as pessoas que administraram a **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA –FASSINCRA LTDA** nos últimos cinco anos que antecederam sua Liquidação Extrajudicial, a qual ocorreu através da **Resolução Operacional RO nº 1.735**, de 05/12/2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 08/12/2014 razão pela qual devemos analisar todas as alterações societárias ocorridas a partir de dezembro de 2009, bem como o contrato social vigente naquele momento.

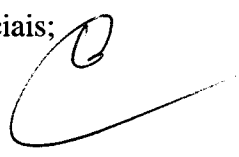
Em relação a este tópico, é desnecessária qualquer outra análise, eis que todas as informações estão contidas na **Nota nº 13/2015/COINQ/SEGER/PRESI/DICOL/ANS** (fls. 1724 a 1730), que nos remetemos.

### **IV - DAS CAUSAS DE INSOLVÊNCIA E DOS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES DA EX-OPERADORA**

A análise dos documentos que instruem este inquérito conclusivo aponta, de forma inequívoca, para um quadro de incúria administrativa, tendo em vista a adoção e uma prática de gestão desorganizada e com possíveis distorções nos controles internos que, além de dificultar o trabalho de fiscalização, contribuiu de maneira significativa para a subsistência dos problemas financeiros, determinantes para insolvência da ex-operadora.

Assim, durante os trabalhos realizados, constatou-se a prática de algumas irregularidades cometidas pela ex-operadora, tais como:

- a) Prática de gestão desorganizada e controles internos ineficientes, havendo acúmulo de problemas financeiros e gerenciais;



- b) Ausência de registro no órgão competente dos livros contábeis, dificultando a contabilização adequada;
- c) Patrimônio social negativo, insuficiência de capital mínimo, insuficiência de ativos garantidores e capital circulante líquido negativo, salientando que a operadora não atendia as exigências mínimas de garantias financeiras da RN 209/2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de recursos próprios mínimos a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde
- d) Apresentação do Plano de Recuperação insubsistente, com atraso superior a 60 dias;
- e) Atraso do DIOPS e não envio à ANS dos Pareceres de Auditoria Independente em tempo hábil, dificultando o monitoramento econômico-financeiro da ANS;
- f) Dificuldades em priorizar quais os procedimentos assistenciais que deveriam ser autorizados diante da iliquidez crescente da operadora;
- g) Carteira envelhecida com sinistralidade considerável;
- h) Parcelamento a longo prazo de valores devidos de coparticipantes, incluindo consignados, cuja normativa da **FASSINCRA** previa remissão de débitos, de descontos e amortização de dívida a longo prazo;
- i) Divergência de opinião entre os Conselheiros no que tange a possível alteração da Fundação, com acusação entre as partes, incentivando a migração dos associados para outro plano de saúde;
- j) Despesas com manutenção do Centro de Treinamento e Lazer (CTL) muito além de sua receita, dentre outras irregularidades.

A **FASSINCRA** apresentou insuficiência de ativos garantidores, não havendo ativos para vinculação, infringindo a norma do **artigo 21 da Resolução Normativa nº RN nº 209/2009, alterada pela RN 227/2010.**

Verificou-se que o Plano de Recuperação estava em desacordo com o disposto no **art. 8º, da Resolução Normativa nº RN nº 316/12**, em razão de sua insubsistência e atraso.



4229  
6

Há também infração ao **artigo 35 da Resolução Normativa nº RN 124/06** e **artigo 20 da Lei 9.656/98** em razão do atraso no envio do **DIOPS**, imprescindível para o monitoramento da capacidade técnico-operacional ou situação econômico-financeira da ex-operadora.

Há igualmente, infração ao **artigo 22 da Lei 9.656/98**, em razão do não envio à **ANS** dos Pareceres de Auditoria Independente em tempo hábil, dificultando o monitoramento econômico-financeiro;

Foi verificada a ausência de registro de Livros Contábeis no órgão competente havendo a possível infração ao **artigo 178 da Lei nº 11.101/05** e **artigo 12 da Lei n. 7492/86**.

Essas são as informações pertinentes ao caso, de contribuição da **ANS**, ficando a cargo do respectivo Ministério Público, a investigação pormenorizada.

Em razão disso, deve este Relatório ser encaminhado ao Ministério Público em Brasília – DF, para que, caso entendam necessário, abram as devidas investigações para apuração da (in) existência das referidas infrações penais.

Enfim, estes foram os indícios de irregularidades apurados durante o desenvolvimento dos trabalhos. Insta ressaltar que não temos ciência se todos estes fatos foram ou não motivo de representação anterior ao Ministério Público, uma vez que podem ter sido autuados em processo apartado.

Desta forma, diante de tudo o que foi exposto e diante dos relatórios apresentados, entendemos que a má administração combinada com a má gestão dos recursos financeiros, ocasionou a insolência da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA –FASSINCRA LTDA**.

## **V - DAS RESPONSABILIDADES DOS EX-ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL**

Inicialmente, urge um estudo pormenorizado da previsão quanto à responsabilidade dos ex-administradores, prevista nos artigos 24-A, § 6º e 26 da Lei 9.656/98.

Estabelece o art. 24-A, *in litteris*:



*“Os administradores das operadoras de planos privados de assistência à saúde em regime de direção fiscal ou liquidação extrajudicial, independentemente da natureza jurídica da operadora, ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades.”*

*.....§6º. Os administradores de operadoras de planos privados de assistência à saúde respondem solidariamente pelas obrigações por eles assumidas durante sua gestão até o montante dos prejuízos causados, independentemente do nexo de causalidade.” (grifo nosso).*

Este dispositivo normatiza a responsabilidade civil objetiva dos ex-administradores das operadoras de planos de saúde pelas obrigações assumidas durante as suas gestões.

Nota-se que é objetiva, visto que independe de dolo ou culpa para se configurar, uma vez que respondem pelos prejuízos das obrigações que assumiram. Muito embora a lei fale em “*independente de nexo de causalidade*”, parece que o melhor entendimento se refere à independência de culpa (do Direito Civil: ato ilícito), visto que, caso houvesse uma interpretação literal, concluir-se-ia que se trata de responsabilidade pelo risco integral, o que seria ainda mais gravoso para os agentes.

Já a referência legal a “administradores” tem o fulcro de responsabilizar objetivamente, tão somente, aquelas pessoas eleitas pela assembléia geral da sociedade, ou estipulada no contrato social, para ocuparem lugar de direção (*resctius*: são os diretores, membros do conselho de administração e os administradores, antigos sócios-gerentes).

Sendo a responsabilidade solidária, por força de lei, significa dizer que cada administrador é coobrigado pelas dívidas contraídas pela sociedade, tenham ou não participado pessoalmente do negócio que deu causa à obrigação. Essa responsabilidade, entretanto, não diz respeito a todo o passivo, mas sim a apenas àquele apurado durante a sua gestão.

De mais a mais, essa responsabilidade é de natureza subsidiária, uma vez que, pelas obrigações assumidas responde, primeiramente, a própria sociedade devedora com o seu patrimônio. Na insuficiência deste, portanto, é que se deve recorrer ao patrimônio particular dos administradores, “*até que se cumpram*” as obrigações assumidas, como diz o dispositivo legal.



4230  
8

Assim, respondem pela regra do §6º, do art. 24-A da Lei nº 9.656/98, os administradores atuais e os que estiveram no exercício de suas funções nos 12 meses anteriores ao ato de decretação da liquidação extrajudicial ou de direção fiscal, assim como os administradores antigos (aqueles que estiveram nos exercício de suas funções nos anos anteriores aos 12 meses que antecederam a data de decretação da Liquidação Extrajudicial/Direção Fiscal) pelas obrigações assumidas durante suas gestões e no limite dos prejuízos atribuídos a cada um, até que a obrigação se prescreva.

Essa modalidade de responsabilidade civil é disciplinada pelo art. 26, da Lei 9656/98, nos seguintes termos:

*“Os administradores e membros dos conselhos administrativos, deliberativos, consultivos, fiscais e assemelhados das operadoras de que trata a Lei respondem solidariamente pelos prejuízos causados a terceiros, inclusive aos acionistas, cotistas, cooperados e consumidores de planos privados de assistência à saúde, conforme o caso, em consequência do descumprimento de leis, normas e instruções referentes às operadoras previstas na legislação e, em especial, pela falta de constituição e cobertura das garantias obrigatórias.”.*

O referido dispositivo tem que ser analisado para fins de interpretação e aplicação juntamente com o art. 39<sup>1</sup> da Lei 6024/74, que regula semelhante matéria no mercado financeiro e, que, inclusive, se aplica subsidiariamente, conforme citado, de maneira que todas as ilações alvitadas acerca desta última norma devem ser consideradas na interpretação e aplicação do citado art. 26. Assim, depreende-se que eles respondem pela prática de ato ilícito civil.

Já em relação aos **Conselheiros Fiscais** que participaram da ex-operadora, deve ser aferida a eventual responsabilidade subjetiva deles, na condução das suas obrigações perante a ex-operadora.

Os pressupostos da responsabilidade subjetiva podem ser claramente identificados no art. 186, Código Civil. Por conduta, entende-se comportamento humano voluntário que se exterioriza através de uma ação e/ou omissão.

Como nos ensina o insigne mestre Sérgio Cavalieri Filho “a omissão é aquilo que se faz não fazendo”. Ela ganha relevância jurídica quando o omitente tem o dever

Q

<sup>1</sup> Art. 39 Os administradores e membros do Conselho Fiscal de instituições financeiras responderão, qualquer tempo salvo prescrição extintiva, pelos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido.

jurídico de agir, de praticar um ato para impedir o resultado, dever esse que pode advir da lei, do negócio jurídico ou de uma conduta anterior do próprio, criando o risco da ocorrência do resultado, devendo, por isso, agir para impedi-lo. Somente nesses casos tem a omissão relevância jurídica e, portanto, é que o omitente poderá ser responsabilizado.

Ainda guiados pelo ilustre autor, temos que para haver vontade, basta que exista um mínimo de participação subjetiva, uma manifestação do querer suficiente para afastar um resultado puramente mecânico. Só não constituem conduta, portanto, os atos em que não intervém a menor parcela de vontade, como por exemplo, os chamados atos reflexos<sup>2</sup>.

O elemento culpa (em sentido estrito), caracteriza-se pelo descumprimento de um dever de cuidado ou omissão de diligência exigível. Cuida-se de uma conduta voluntária contrária ao dever de cuidado imposto pelo Direito, com a produção de um evento danoso involuntário, porém previsto ou previsível.

Há na culpa, portanto, um erro de conduta. Esse dever de cuidado, ora em questão, apresenta-se justamente como o dever jurídico cuja violação enseja a responsabilidade subjetiva.

Fala-se, ainda, em culpa contra a legalidade quando o dever violado resulta de texto expresso de lei ou regulamento. A mera infração de norma regulamentar é fator determinante da responsabilidade civil; cria em desfavor do agente uma presunção de ter agido cupavelmente, incumbindo-lhe o difícil ônus da prova em contrário. Estabelecido o nexo causal – se a ação ou omissão daquela pessoa deu causa ao resultado – entre o fato danoso e a infração da norma regulamentar, nada mais resta a investigar.

Considerando a existência de Conselho Fiscal constituído e, tomando por base as Atas das Assembleias constantes nos autos, as manifestações dos ex-Conselheiros e demais documentos, também juntadas ao presente inquérito, não é possível apurar, efetivamente, a ocorrência ou não da responsabilidade subjetiva. Deste modo, ante a patente impossibilidade, deve o Ministério Público apurar tais fatos.

---

<sup>2</sup> FILHO, Sérgio Cavalieri; Programa de Responsabilidade Civil; Ed. Atlas, 8ª Edição, 2008, págs. 13/175

4231  
8

Sendo assim, é imperioso destacarmos que a **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA –FASSINCRA LTDA** teve sua Liquidação Extrajudicial decretada através da Resolução Operacional – RO nº 1.735, de 05/12/2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 08/12/2014, razão pela qual este inquérito administrativo verificará a responsabilidade de todos os ex-administradores da empresa desde dezembro de 2009 até dezembro de 2014, isto é, daqueles que administravam a ex-operadora durante os cinco anos que antecederam à decretação da Liquidação Extrajudicial.

Destarte, tendo em vista o quadro societário da ex-operadora e com base no marco supracitado, devemos analisar a responsabilidade das pessoas abaixo qualificadas:

NOME	FUNÇÃO	PERÍODO	GESTÃO
Ana Rosa Silva Nagem	Conselho Deliberativo	De 12/2010 a 04/10/2012	2010/2011/2012
Aparecido Antonio	Conselho Deliberativo	De 07/2008 a 16/12/2010 <sup>3</sup>	2009/2010
Celma Oliveira Fernandes	Conselho Deliberativo	De 12/2010 a 06/2012	2010/2011/2012
Derly Gil Darós <sup>4</sup>	Conselho Deliberativo	De 07/2008 a 06/2012	2009/2010
	Presidente <sup>5</sup> do Conselho Deliberativo	De 11/2008 até 18/08/2011	2011/2012
Domingos Nascimento Silva	Conselho Fiscal	De 12/2010 a 06/2012	2010/2011/2012
Inimá do Nascimento Silva	Diretor Executivo	De 07/2007 a 18/08/2011	2009/2010/2011
Ismael Afonso Paiva Reis	Conselho Deliberativo	De 07/2008 a 06/2012	2009/2010/2011 2012
Janete Oliveira	Conselho Deliberativo	De 12/2010 até a Liquidação Extrajudicial.	2010/2011/2012 2013/2014
Janilce Maldonado da Silva Anelli	Conselho Fiscal	De 19/11/2013 até a Liquidação Extrajudicial	2013/2014
João Aires da Silva	Conselho Deliberativo	De 07/2007 a 17/12/2010	2009/2010

<sup>3</sup> De acordo com os autos deste processo administrativo (fls. 1112 a 1126).

<sup>4</sup> Falecido em 14/08/2014 (fl. 2632).

<sup>5</sup> De acordo com os autos deste processo administrativo (fls. 1076 a 1084; 1076 a 1084; 1645).

9

**FASSINCRA – FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO INCRA**  
**CNPJ Nº 00.431.403/0001-95**  
**ANÁLISE JURÍDICA**

José Reinaldo Cunha Santos Aroso Vieira da Silva	Assinou como Titular Conselho Deliberativo <sup>6</sup>	27 a 29/06/2012	2012
Luiz Francisco de Souza	Conselho Deliberativo	De 07/2007 a 17/12/2010	2009/2010
	Conselho Fiscal	De 21/02/2013 até a Liquidação Extrajudicial	2013/2014
Marco Aurélio Medeiros Cursino	Conselho Deliberativo	De 11/2009 a 06/2012	2009/2010 2011/2012
Maria Cleuza Carneiro	Conselho Deliberativo	De 07/2008 a 06/2012	2009/2010/2011
	Conselho Fiscal	De 06/2012 até Liquidação Extrajudicial	2012/2013/2014
Maria de Jesus Santana da Silva	Conselho Deliberativo	De 12/2010 a 30/08/2011	2010/2011
	Diretora Executiva	De 31/08/2011 até a Liquidação Extrajudicial	2012/2013/2014
Maria Jurgleide de Castro Oliveira	Conselho Deliberativo	De 07/2010 a 30/06/2014	2010/2011
	Presidente <sup>7</sup> do Conselho Deliberativo	De 31/08/2011 a 19/11/2013	2012/2013/2014
Maria Lúcia Vieira Carvalho	Conselho Fiscal	De 07/2008 a 06/2012	2009/2010 2011/2012
Maria Luíza Pereira da Silva	Conselho Deliberativo	De 03/2012 a 29/06/2012	2012
Maria Luíza Telles Marcilio Golin	Conselho Deliberativo	De 07/2007 a 17/12/2010	2009/2010
Marialva Guimarães Motta	Gerente Geral <sup>8</sup>	De 1999 a 2011	2009/2010
	Diretora Executiva Substituta	De 09/04/2002 a 17/01/2011	2011
Marilena Ferreira dos Passos	Assinou como Titular Conselho Deliberativo <sup>9</sup>	27 a 29/06/2012	2012
Mário Conceição Filho	Conselho Deliberativo	De 07/2007 a 17/12/2010	2009/2010
Maristela de Azevedo Chaves	Conselho Deliberativo	De 12/2010 até a Liquidação Extrajudicial	2010/2011 2012/2013/2014

<sup>6</sup> De acordo com os autos deste processo administrativo (fls. 1202 a 1214).

<sup>7</sup> De acordo com os autos deste processo administrativo (fls. 1645, 2771 a 2777).

<sup>8</sup> Não foi encontrada a data em que a Sra. Marialva deixou de atuar na operadora (fl. 3299).

<sup>9</sup> De acordo com os autos deste processo administrativo (fls. 1202 a 1214 e 1226 a 1239).

4232

Olietá Pereira Gomes	Conselho Deliberativo	De 1º/03/2012 até a Liquidação Extrajudicial	2012/2013 2014
Raimundo José Oliveira	Conselho Deliberativo	De 12/2010 até a Liquidação Extrajudicial	2010/2011 2012/2013/2014
Renato Farias Maciel	Conselho Fiscal	De 07/2008 a 06/2012	2009/2010 2011/2012
Ronaldo Antônio Santos Nunes	Conselho Deliberativo	De 07/2007 a 17/12/2010	2009/2010
Sandra Lúcia da Silva Mota	Conselho Deliberativo	De 21/02/2013 ate a Liquidação Extrajudicial	2013/2014
	Assinou como Presidente <sup>10</sup> do Conselho Deliberativo	11 a 12/09/2013	
	Presidente do Conselho Deliberativo	De 19/11/2013 até a Liquidação Extrajudicial	
Sílvio de Miranda Galvão Veloso	Substituiu a Titular Conselho Deliberativo <sup>11</sup>	18 e 19/10/2011	2011/2012/2013
	Conselho Deliberativo	De 04/10/2012 até a 2013 <sup>12</sup>	
Vera Lúcia Ferreira Penna	Substituiu a Titular Conselho Deliberativo <sup>13</sup>	25 e 26/07/2011	2011
Vitor Py Machado	Conselho Deliberativo	De 07/2008 a 06/2012	2009/2010 2011/2012
Wesley Barros Rodrigues	Conselho Fiscal	De 06/2008 a 06/2012	2009/2010 2011/2012

## **VI - DAS CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES**


Desta forma, levando-se em consideração o conteúdo desta Nota, bem como o anteriormente mencionada Análise Econômico-Financeira, alcançamos as seguintes conclusões:

<sup>10</sup> De acordo com os autos deste processo administrativo (fls. 1290 a 1296; 2759 a 2765).

<sup>11</sup> De acordo com os autos deste processo administrativo (fls. 1176 a 1188).

<sup>12</sup> Não foi encontrado registro de sua renúncia, mas presume-se que tenha sido Conselheiro Titular até o exercício de 2013, parcialmente (fls. 1164 a 1170; 1854 a 1857; 2738 a 2741).

<sup>13</sup> De acordo com os autos deste processo administrativo (fls. 1149 a 1159; 1648 a 1653).

- a) Que a ex-operadora apresentava **Passivo a Descoberto** no valor de **R\$ 35.453.019,21** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e dezenove reais e vinte e um centavos), conforme balanço apresentado em Agosto de 2015;
- b) Que a principal causa para a decretação da Liquidação Extrajudicial e, por conseguinte, Insolvência da ex-operadora foi a má administração da sociedade, controle interno fragilizado, não cumprimento das normativas exigidas pela ANS, além de indícios de irregularidades;
- c) Que deve ser responsabilizado pela administração da ex-operadora, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à decretação da Liquidação Extrajudicial, os ex-Conselheiros (administrativo e fiscal) acima elencados;
- d) Diante de tudo o que foi exposto, os ex-administradores cometeram as seguintes infrações:
- Insuficiência de ativos garantidores, não havendo ativos para vinculação, infringindo a norma do **artigo 21 da Resolução Normativa nº RN nº 209/2009, alterada pela RN 227/2010** (fls.3171 a 3178);
  - Plano de Recuperação estava em desacordo com o disposto no **art. 8º, da Resolução Normativa nº RN nº 316/12**, em razão de sua insubsistência e atraso (fls. 3123 a 3138);
  - Há também infração ao **artigo 35 da Resolução Normativa nº RN 124/06 e artigo 20 da Lei 9.656/98** em razão do atraso no envio do DIOPS, imprescindível para o monitoramento da capacidade técnico-operacional ou situação econômico-financeira da ex-operadora (fls. 2808 e 2834);
  - Há igualmente, infração ao **artigo 22 da Lei 9.656/98**, em razão do não envio à ANS dos Pareceres de Auditoria Independente em tempo hábil, dificultando o monitoramento econômico-financeiro (fls. 3574 a 3578);
- 

- Foi verificada a ausência de registro de Livros Contábeis no órgão competente havendo a possível infração ao **artigo 178 da Lei nº 11.101/05** e artigo 12 da Lei n. 7492/86 (fls. 3574 a 3578).

e) Por fim, fazemos as seguintes proposições:

- Intimar os ex-administradores citados, para que, se lhes for de interesse, apresentar esclarecimentos para, após, ser elaborado o Relatório Conclusivo.

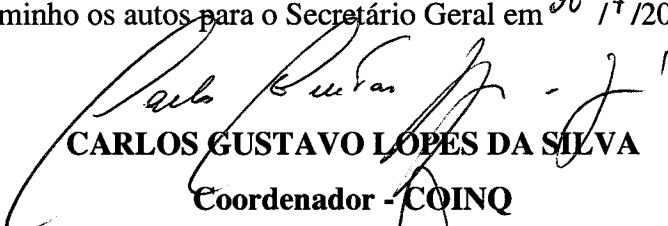
Rio de Janeiro, 26 de julho de 2016.

Encaminho os autos para o Coordenador da COINQ.

  
**BÁRBARA OLIVEIRA DE ALMEIDA**

**Técnica de Complexidade Intelectual – Direito**

De acordo. Encaminho os autos para o Secretário Geral em 30/7/2016

  
**CARLOS GUSTAVO LOPES DA SILVA**  
**Coordenador - COINQ**

De acordo. Intime-se os ex-administradores para esclarecimentos finais, nos termos da RN nº 276/2011.

  
**SURIÊTTE APOLINÁRIO DOS SANTOS**  
**Secretário - Geral**

EM BRANCO